

# AS MEMÓRIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NO QUILOMBO DE FURADINHO

*Data de aceite: 26/08/2024*

**Renné da Glória Andrade**

Doutoranda. UESB/Museu Pedagógico

**Ana Elizabeth Santos Alves**

Doutora. UESB/Museu Pedagógico

**RESUMO:** O artigo aborda as memórias do trabalho agrícola familiar e as dificuldades de sobrevivência em lotes pequenos, que impulsionam a mobilidade como alternativa para manutenção da existência. O nosso objetivo consiste em analisar as memórias do trabalho de homens e mulheres e as dificuldades que refletem a desestruturação, ou a resistência nos modos de produzir a existência no quilombo de Furadinho. Com base nas entrevistas semiestruturadas, rodas de conversa e observação participante analisamos as condições da agricultura camponesa familiar no quilombo de Furadinho, tendo o trabalho como um princípio educativo, no qual expressam saberes e experiências, por meio do convívio diário.

**PALAVRAS-CHAVE:** memórias; trabalho; quilombo de Furadinho.

**ABSTRACT:** The article addresses the memories of family agricultural work and the difficulties of survival on small plots, which encourage mobility as an alternative to maintaining existence. Our objective is to analyze the memories of the work of men and women and the difficulties that reflect the disruption or resistance in the ways of producing existence in the Furadinho quilombo. Based on semi-structured interviews, conversation circles and participant observation, we analyzed the conditions of family peasant farming in the Furadinho quilombo, using work as an educational principle, in which they express knowledge and experiences, through daily interaction.

**KEYWORDS:** memories; work; quilombo of Furadinho.

## INTRODUÇÃO

A história oficial sempre tratou os povos originários e negros como arruaceiros, preguiçosos, bárbaros e selvagens. Gente que precisava ser domesticada e catequisada. Foram expulsos de suas terras, maltratados e torturados. Seus gritos e gemidos foram

sufocados, para impor-lhes novos padrões de conduta e novos valores que contemplassem o processo de desenvolvimento desenfreado do capital. Segundo os relatos coletados junto aos moradores sistematizados pelo Diagnóstico do Quilombo de Furadinho/DQF-Bahia (2013), o quilombo de Furadinho foi reduto de lutas e resistências às diversas tentativas de capturá-los.

O lugar (localização) é um marco salutar da memória. O lugar para as comunidades quilombolas é o seu território de origem. Existe toda uma área afetiva, econômica, cultural e religiosa que envolve o território. O lugar da ancestralidade, onde a pessoa nasceu, cresceu, onde estão enterrados os seus entes queridos, onde cada um ganha o sustento de sua família, onde vivem, moram, trabalham, aprendem saberes, cultuam a fé, se reúnem e confraternizam.

Se o que vemos hoje toma como lugar no quadro de referências de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptam ao conjunto de nossas percepções do presente. É como se estivéssemos diante de muitos testemunhos. Podemos reconstruir um conjunto de lembranças de maneira a reconhecê-lo porque eles concordam no essencial, apesar de certas divergências. (HALBWACHS, 2006, p. 26).

O lugar oferece certa estabilidade à memória, na medida em que as modificações nos lugares acontecem de forma mais lenta. Essa relação com os fatos, o lugar e com os outros potencializa as rememorações.

Os lugares de memória, conforme nos adverte Nora (1993, p. 26), podem ser vistos sob dois prismas: “os lugares dos dominantes e os lugares dos dominados”. Esta pesquisa procura dar ouvidos e escutar os quilombolas e divulgar suas ideias e demandas por circuitos anteriormente inacessíveis a eles, para que haja uma intervenção no processo em curso que evolui na direção de extinguir essas comunidades tradicionais. É o caso do território que constitui o nosso campo empírico, um território que abrigava escravizados, indígenas e trabalhadores livres e que, ainda hoje, continua a abrigar os seus descendentes que não deixaram de ser invisibilizados, mas que, contudo, continuam lutando para conquistar as terras que lhes foram usurpadas e assim garantir a permanência do grupo no lugar.

A memória do grupo estudado registra Manoel Fortunato como o primeiro morador ligando Furadinho à comunidade quilombola do Bomba, no município de Belo Campo, local onde Manoel Fortunato casou-se com Jesuína Maria da França, tendo vários descendentes e de lá deslocou-se para essa região que possuía, na parte baixa, um “olho d’água” capaz de oferecer água em abundância. O surgimento da comunidade remete à segunda metade do século XIX, conforme o Diagnóstico do Quilombo de Furadinho (Bahia, 2013, p. 04).

A descendência desse Manoel Fortunato era negro cativo, [...] que fugiram eles moraram ai no Bomba, do Bomba ai agora foi encostando, foi abrindo e encostando mais os brancos... agora eles vinha corrido de fazendas que tinha né, eles fugia e saia extraviado ai correndo escondendo... Era meu tataravô... ele veio quando eles abriu logo as estradas ai, ele saiu viajando acho que junto também, quando chegava nesses lugar assim achava que as vezes tava bom demais, e fazia morada ali né, arranchava ali e saia abrindo, abrindo... e fez morada ali, fazia um rancho depois do rancho tocava uma roça, ia cuidando da casa tapava tudo de enchimento, madeira era demais ai eles fazia aquelas casas de enchimento, aqui de primeiro as casas tudo era de enchimento... era assim... Manoel Fortunato da França foi o primeiro morador aqui, e a família todo espalhou tudo... Tinha a estradinha, essa estrada velha você não conheceu, de belo campo pra cá... veio pelos matos abrindo carreira, cortando abrindo pra poder passar quando saia nesses lugar botava nome, quando chegou aqui tudo era mata, só tinha as lagoinhas em roda, assim mesmo com aquelas madeiras antigas... quando abriu ai tem uns dez anos ainda tinha toco no meio da lagoa... todo de pau ferro, de braúna...

De acordo com a memória dos moradores, Manoel Fortunato avançava mata adentro em busca de boas terras e de se manter escondido. Fugir era uma atitude extrema de rebeldia de um escravo e significou, para muitos, mutilações de partes do corpo, quando não a morte dos capturados, que era usada como exemplo para os demais. Como o receio de ser capturado era enorme, Manoel Fortunato, usando os saberes da experiência, foi espalhando seus descendentes pelos lugares desbravados no intuito de manter a descendência e de, ao mesmo tempo, usar os lugares como estratégia de fuga. Dessa forma, seus descendentes foram responsáveis pela constituição de outros quilombos na região de Vitória da Conquista.

A comunidade quilombola de Velame, também na Bahia, que fica a 20 km de Furadinho, é oriunda da mesma família de Manoel Fortunato, sendo constituída pelos seus descendentes de primeiro grau. Seu surgimento remete ao final da década de 1870 e início da década de 1890, conforme apresentado por Conceição<sup>1</sup> (2016) em sua tese de doutoramento. Essa comunidade foi certificada pela fundação Cultural Palmares em 15 de setembro de 2004, o que comprova que a origem do quilombo de Furadinho é anterior a esse período. A outra comunidade originária da mesma descendência de Manoel Fortunato é a comunidade quilombola de Cachoeira dos Porcos, também na Bahia, certificada pela Fundação Cultural Palmares em 08 de novembro de 2013. Dessa forma, podemos afirmar que essas duas comunidades são ramificações originárias da comunidade quilombola de Furadinho.

O quilombo de Furadinho encontra-se localizado a 554 km de Salvador, capital baiana, a 36 km da sede do município de Vitória da Conquista e a 20 km do distrito de Iguá.

A comunidade está localizada em uma área de relevo acidentado, com uma pequena faixa de planície. O nome Furadinho é oriundo da topografia da região, cuja formação assemelha-se a um funil, no período das chuvas a água que escorre dos morros concentra-

<sup>1</sup> Para mais informações ver Conceição (2016).

se na lagoa, parte mais baixa. Essa lagoa abastecia toda a comunidade nos tempos de outrora e, ainda hoje, constitui um reservatório de água constante.

De acordo com os dados coletados pelo Planejamento Participativo Rural Sustentável da Comunidade de Furadinho (BAHIA, 2011), o bioma típico da comunidade é a caatinga, com árvores de pequeno e médio porte muito resistentes à escassez de chuvas. A localidade possui uma estreita faixa de vegetação nativa com árvores de médio porte como: Pau ferro, Arueira, Mulungu, Umburana e Jurema preta. As árvores de pequeno porte são constituídas por troncos grossos, galhos retorcidos e cinzentos, distribuídos de forma espaçada. No período das secas, as árvores perdem as folhas criando uma paisagem de “mata seca”, mas, logo após as primeiras chuvas, o verde reaparece com força. Há plantas que são constituídas por muitos espinhos e poucas folhas, resultantes do clima seco. O solo da caatinga na maior parte do ano apresenta terra seca, em alguns pontos pode ser caracterizado como pedregoso, contudo, possui elevado nível de fertilidade.

De acordo com as informações colhidas com a presidente da associação de moradores e com a agente de saúde, a localidade abriga em torno de 120 famílias, o que constitui um total em torno de 560 pessoas entre moradores da sede e da comunidade adjacente Mata de Cipó.

A área da comunidade gira em torno de 580,80 hectares. Com lotes em torno de 1 a 5 hectares por família. Os filhos que permanecem na comunidade ao constituírem famílias constroem suas casas no mesmo lote da família, de forma que cada lote possui, atualmente, entre três a oito casas. Algumas residências mais antigas foram construídas com adobe (tijolos de argila crua) e cerca de 60% a 40% delas estão feitas de alvenaria.

O trabalho como princípio educativo requer ser pensado historicamente como elemento “capaz de educar no sentido da formação humana, de desenvolver o homem em suas potencialidades” (CIAVATTA, 2019, p. 141-142). Não se trata apenas do preparo para o desenvolvimento disciplinar de uma atividade, mas da criação de meios, estratégias, saberes para os processos produtivos que, quando atrelados ao conhecimento técnico e científico, possibilitam formas de atuação emancipatórias, mesmo quando o trabalho está envolto em contradições nos diversos aspectos que envolvem a vida humana. As formas de acesso ao trabalho e à educação determinam o ser social mediante as possibilidades que lhes são apresentadas em suas múltiplas dimensões.

Neste artigo, vamos analisar as memórias do trabalho de homens e mulheres e as dificuldades que refletem a desestruturação, ou a resistência nos modos de produzir a existência no quilombo de Furadinho. Dividimos a nossa reflexão além da introdução em três subseções, que foram assim organizadas: 1- tratamos da metodologia utilizada; 2- abordamos o trabalho como princípio educativo para homens e mulheres do quilombo de Furadinho; 3- ressaltamos as memórias dos saberes do trabalho no campo e em seguida apresentamos as considerações finais.

## METODOLOGIA

A pesquisa embasa-se no materialismo histórico dialético e se desenvolve por meio de entrevistas semiestruturadas em quatro famílias da comunidade. A constituição do corpus constitui de nove entrevistas. Utilizamos também de fontes documentais e fotografias, rodas de conversa, diário de campo, que corroboram com os fatos relatados. As entrevistas constituem a base na qual empiria e teoria se articulam para a efetivação dos resultados apresentados.

A baliza que define a linha temporal desta pesquisa é demarcada a partir das memórias das vivências trazidas pelo nosso entrevistado mais idoso, que rememorou fatos e situações ocorridas em sua trajetória de vida desde o seu nascimento, em 1925, até os dias atuais.

Em respeito ao compromisso ético com o trabalho acadêmico, a pesquisa foi submetida ao Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Brasil, em 23/09/2021 e foi aprovada com o CAAE: 53841121.5.0000.0055 em 17/12/2021.

## TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO PARA HOMENS E MULHERES DO QUILOMBO DE FURADINHO

É por meio do trabalho que o ser humano dá um salto ontológico contornando determinações puramente instintivas e biológicas e realizando ações pensadas e planejadas, resultado da inteligência humana. Nessa direção, Marx (2013, p. 255) conceitua trabalho no sentido ontológico como:

[...] um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

É por meio do trabalho que homens e mulheres adquirem os meios necessários para suprir suas necessidades, adquirem saberes e desenvolvem suas potencialidades. Ao mesmo tempo em que modificam a natureza, em um movimento cíclico, são por ela também modificadas.

Seguindo essa mesma aceção, Suzana Albornoz (2012) define trabalho como uma atividade determinada, orientada à transformação, mesmo que, muitas vezes, seja penosa. A autora apresenta como o trabalho foi se ressignificando dentro das temporalidades históricas e adquirindo significações em outras línguas<sup>2</sup>, assim como no português falado no Brasil. No português, há *labor* e trabalho.

---

2 O latim distingue entre *laborare*, a ação de *labor*, e *operare*, o verbo que corresponde a *opus*, obra. Em francês, é possível reconhecer, pelo menos, a diferença entre *travailler* e *ouvrer* ou *oeuvrer*; sobrando ainda o conteúdo de *tâche*, tarefa. Assim também, *lavorare* e *operare* em italiano; e *trabajar* e *obrar* em espanhol. No inglês, salta aos olhos a distinção entre *labour* e *work*, como no alemão, entre *Arbeit* e *Werk*. (ALBORNOS, 2012, p. 8).

Embora na palavra trabalho encontremos ambas as significações: atividade que, “dê reconhecimento social e permaneça além da tua vida; e a de esforço rotineiro e repetitivo, sem liberdade, de resultado consumível e incômodo inevitável” (ALBORNOZ, 2012, p. 9), a autora destaca a importância do trabalho para transformações diversas na sociedade e salienta dois tipos de trabalho: o intelectual e o físico.

[...] o homem trabalha quando põe em atividade suas forças espirituais ou corporais, tendo em mira um fim sério que deve ser realizado ou alcançado. Assim, mesmo que não se produza nada imediatamente visível com o esforço do estudo, o trabalho de ordem intelectual corresponde àquela definição tanto quanto o trabalho corporal, embora seja este que leve a um resultado exteriormente perceptível, um produto concreto ou uma mudança de estado ou situação. (ALBORNOZ, 2012, p. 11).

O primeiro é responsável por propiciar transformações na sociedade por meio da invenção tecnológica, enquanto o segundo é responsável por executar as atividades as quais são designados. A autora apresenta a importância da ação do trabalho humano para a transformação do espaço social em que vive, bem como para a transformação de toda a sociedade.

No campo religioso, o trabalho constitui a capacidade do ser humano honrar a si e a Deus no cumprimento das tarefas que lhe são impostas. A perda de tempo é o principal de todos os pecados. A riqueza é louvável, o que se condena é o gozo (ócio e sensualidade). Ao longo do processo histórico aparece como vontade divina a divisão de homens e mulheres em classes e profissões (ALBORNOZ, 2012, p. 54-55).

Por sua vez, Maria do Carmo Brant de Carvalho (2012, p. 41) traz a vertente da objetivação do trabalho predominante na atualidade.

O trabalho deixa de ser uma atividade vital, criadora, prazerosa, para se tornar um mero meio de subsistência. O trabalho perdeu seu valor. Resta apenas o emprego e este é escasso no mundo tecnológico moderno, criando uma nova cisão alienante: os empregados passam a ser encarados como privilegiados, os não empregados como marginais. Mas mantém-se a afirmação básica de Marx: o homem percebe o trabalho como algo alheio e externo a ele. O trabalho alienado não só produz mercadorias como produz o próprio homem como mercadoria.

O trabalho passa a ser instrumento de dominação e opressão, perdendo todas as suas qualidades afetivas, criadoras, integradoras dos saberes construídos historicamente nos seios familiar e social, para transformar-se em uma relação entre estranhos, na qual o individualismo e a competição preponderam. Todas as decisões políticas, econômicas, culturais, religiosas, educacionais e existenciais ficam sob o controle da classe dominante.

O processo pelo qual o trabalho é convertido em trabalho assalariado e a força de trabalho em mercadoria permite a acumulação do capital. Pelo processo de expropriação no qual trabalhador é privado da propriedade da terra e dos meios de produzir ele se vê obrigado a dispor da única mercadoria que possui: sua força de trabalho. A necessidade

do mercado por mão de obra faz emergir essa massa flutuante de pessoas que se move de acordo com os interesses do capital. A mercadoria só pode ser vista do ponto de vista de sua quantidade e qualidade. A relação quantitativa intercambia valores de uso de um tipo por valores de uso de outro tipo e a qualidade determina o seu valor. O valor da força de trabalho do trabalhador é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua subsistência (mantê-lo vivo) em condições normais de vida. A tendência geral dos preços da mão de obra tende a cair pelo grande número de trabalhadores desempregados e pelas pressões do capital para aumentar, ao máximo, a mais-valia, tendendo a reduzir o salário do trabalhador sempre ao mínimo (ENQUITA, 1993).

A grandeza do trabalho é medida pela quantidade de duração e tempo. As principais unidades de tempo utilizadas para medir o trabalho são: horas e dias. O valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho gasto na sua produção, ou seja, o tempo socialmente necessário à produção da mercadoria em graus médios de habilidade e de intensidade e em condições normais (MARX, 1985).

O trabalho é responsável pela construção de nossa humanização e pode ser visto como um elemento emancipador, ou como instrumento de submissão e escravização. Na forma como a sociedade atual é organizada, ao comprar a força de trabalho, aquele que detém o capital utiliza-a de acordo com seus interesses para produzir bens com valor de mercado. Ao capitalista que compra a força de trabalho interessa-lhe produzir valor, assim, o processo de consumo da força de trabalho é um processo de produção de mercadorias e de excedentes. Quando a força de trabalho do trabalhador já não produz o esperado pelo capitalista ela é, automaticamente, substituída. Nessa relação capitalista, o trabalhador assalariado já não se percebe como produtor do seu trabalho, pois ele se constitui como ínfimo fragmento de um processo total que ele não domina.

Por outro lado, no trabalho do pequeno agricultor familiar há um domínio completo de todas as etapas do processo de trabalho. Os saberes adquiridos desde a infância no convívio com os familiares se expressam em experiências de trabalho, pois o trabalhador possui todo o controle, desde o momento certo para limpar a terra, plantar, controlar as pragas e colher. O trabalhador mobiliza a sua força física, bem como, a sua capacidade intelectual e criativa. Manter essa forma de produção se configura como uma forma de resistência ao sistema perverso de desenvolvimento capitalista (KUENZER, 1995).

O trabalho agrícola familiar é subjetivo e determinado pelas condições naturais em que o aprendiz aprende com a parentela nas atividades diárias do campo. Ele é limitado ao contexto da fazenda ou roça, conforme foi por diversas décadas anteriores a nossa, e ainda persiste em algumas comunidades tradicionais. Por outro lado, o aprendizado hoje ocorre de forma ampla sobre o que é produzido socialmente (contexto universal) nas suas possibilidades, contradições, materialidade, para assim compreendermos o que é possível produzir em termos de ideias, saberes e conhecimentos no trabalho.

A categoria trabalho na perspectiva ontológica é primordial para compreendermos o próprio ser humano, sendo condição indispensável para a sobrevivência de homens e mulheres. Desse modo, Dermeval Saviani (1996a, p. 152) explicita que:

À medida que determinado ser natural se destaca da natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida, é que ele se constitui propriamente enquanto homem. Em outros termos, diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os homens têm que fazer o contrário: eles adaptam a natureza a si. O ato de agir sobre a natureza, adaptando-a as necessidades humanas, é o que conhecemos pelo nome de trabalho. Por isso podemos dizer que o trabalho define a essência humana.

O trabalho é a condição de existência do ser humano, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação entre o ser humano e a natureza e, portanto, da vida humana. Por meio das experiências de trabalho, a pessoa apreende, generaliza e universaliza os saberes que detém por meio do uso da linguagem articulada. Esse movimento expressa a condição mediadora do desenvolvimento histórico do ser humano em cada formação social e as maneiras como os atos de trabalhar e educar ocorrem nesse processo; logo o trabalho é um ato educativo (SAVIANI, 2013). Dessa forma, o princípio educativo do trabalho na relação entre seres humanos e natureza pode ser visto como uma relação dialética.

Os fundamentos ontológicos e históricos da relação trabalho e educação referem-se ao processo produzido e desenvolvido ao longo do tempo pela ação dos próprios seres humanos. Com o desenvolvimento da produção, algumas pessoas se apropriaram dos meios de produção o que levou à divisão do trabalho e, conseqüentemente, à apropriação privada da terra e à divisão das sociedades em classes. O controle privado da terra possibilitou aos proprietários viverem do trabalho alheio. As relações sociais ao longo de todo o processo histórico são revestidas por relações de troca, produção, reprodução, distribuição e consumo que, por sua vez, revestem-se de constantes transformações no processo de produção da vida. O trabalho, em determinados contextos, pode ser visto como um meio alienante, mas, por outro lado, pode ser visto como elemento historicamente necessário à libertação. Para Saviani (2007, p. 155), “o que garante a existência humana é a educação, ou seja, o homem forma-se homem, pela produção e pelo processo educativo. O trabalho define a essência humana”.

Martins (2000, p. 716) descreve que na agricultura camponesa familiar a quantidade do que se deve cultivar é determinada pelo “número de bocas a alimentar e também pelo número de braços de que dispõe a família”. As etapas do processo de trabalho se acumulam e sobrecarregam os demais em decorrência de alguns fatores: falecimento, casamento, quando o filho sai para estudar fora da comunidade, ou migra para trabalhar em outro lugar. Os que ficam de alguma forma precisam realizar as atividades dos ausentes, o que gera uma sobrecarga de afazeres.



A produção agrícola camponesa familiar em Furadinho gira em torno do plantio da mandioca embora outros produtos também sejam cultivados. Os saberes do trabalho se assentam no manejo do solo, na seleção dos grãos ou maniva, no plantio, na colheita e no beneficiamento do produto, como no caso de Furadinho que produz a farinha da mandioca, a tapioca ou goma e a puba nos moldes deixados pelos seus antepassados e que continuam sendo empregados até hoje, ainda que com algumas modificações, como é o caso da casa de farinha. O saber no campo também requer conhecimentos sobre o comércio, as formas de comercializar o pequeno excedente produzido. Os saberes dos trabalhadores e das trabalhadoras não se restringem à agricultura e às casas de farinha, paralelamente também utilizam os saberes relacionados à criação de animais: porcos, vacas, galinhas e cabras, com os quais complementam o sustento familiar por meio da carne, do leite e dos ovos. O processo de aprendizagem de cada um desses saberes ocorre na prática das relações de trabalho.

Os avanços tecnológicos como os elétricos, os de maquinários, as sementes modificadas, os adubos e fertilizantes, para incrementar a produção capitalista do agronegócio, seguem um ritmo desenfreado independente do período do ano. Dinâmica que se contrapõe à produção do pequeno produtor da agricultura camponesa familiar, pois o seu acesso a esses benefícios tem sido muito pequeno, principalmente, porque passa pela condição financeira. Em Furadinho, todo o trabalho agrícola é realizado de forma manual. Todos os conhecimentos e saberes são transmitidos de uma geração a outra pela oralidade, no fazer e refazer das atividades diárias de trabalho. Quando as famílias dispõem de recursos, contratam esporadicamente um trator para revirar o solo, deixando-o em condições ideais para o plantio.

Com efeito, embora a produção permaneça familiar, tanto as transformações tecnológicas, quanto as mudanças de comportamento nas sociedades modernas afetaram a composição interna da família. Não só as famílias são atualmente mais reduzidas [...]. Ao mesmo tempo, o consumo é redefinido. Por um lado, em sua própria composição. Participando plenamente da sociedade moderna o agricultor aspira ao acesso a todos os bens socialmente disponíveis. Não se trata, mais assim, de garantir a reprodução social à base do mínimo vital, mas do direito a um modo de vida moderno, o que inclui o acesso a um conjunto complexo de bens materiais e culturais. (WANDERLEY, 1998, p. 150-151).

Quando a produção não consegue oferecer ao jovem acesso aos bens materiais, ele vai em busca de meios para obtê-los e o assalariamento aparece como o meio mais viável. O grande desafio da agricultura camponesa familiar com famílias reduzidas é dar formação aos jovens para que os novos conhecimentos adquiridos possam ser ressignificados na forma de melhoria nas condições de trabalho e aumento da produção para que possam ter acesso aos bens materiais e culturais desejados permanecendo no próprio território. São grandes os desafios que envolvem essa comunidade tradicional.

A pesquisadora Célia Vendramini (2006) fornece subsídios teóricos e metodológicos fundamentais para compreendermos a realidade e suas contradições, considerando aspectos objetivos e subjetivos, singularidade e totalidade e a dialética passado, presente e futuro. É importante, “considerar o contexto, a materialidade, as condições objetivas de realização do trabalho, a experiência humana e a aprendizagem constituída coletivamente pelos sujeitos sociais” (VENDRAMINI, 2006, p. 124).

No contexto atual de excedente de mão de obra desqualificada e de poucas vagas de emprego, trabalhar significa ser explorado. O aprendizado do trabalho para postos no comércio e na indústria constitui um conhecimento técnico, prático e imediato. Enquanto que o pequeno produtor da agricultura camponesa familiar cultiva em seus lotes produtos alimentícios sob a forma de cooperação econômica com o grupo familiar. Dessa forma, constitui também uma maneira de disseminação de saberes.

Uma coisa que aprendi em casa mesmo, na roça, com meus avós, meus tios e meus primos, é que a agricultura familiar é, sobretudo, uma forma básica de cooperação econômica e é, também, uma comunidade. Nos momentos de colheita, quatro gerações da família se reuniam para executar o trabalho dos mais fracos, sobretudo dos velhos. Eram muitas semanas de muito trabalho e também de muita alegria. Um momento, propriamente, de comunhão. (MARTINS, 1997, p. 121).

Descrições como a de Martins estão presentes nas memórias dos moradores de Furadinho, pois retrata a forma como desenvolviam o trabalho coletivo, contando com a participação de toda a família, o que se constitui como forma de produzir a vida coletivamente por meio da cooperação. O contexto histórico e econômico da comunidade que se quer investigar é de suma importância para a apreensão dos saberes do trabalho. O conhecimento não fica aprisionado a um dado momento histórico, ele nos ajuda a reconhecer quem somos, porque estamos aqui e junto com as possibilidades humanas que se manifestam.

## **MEMÓRIAS DOS SABERES DO TRABALHO NO CAMPO**

Na comunidade, a agricultura familiar camponesa continua utilizando as técnicas que foram ensinadas pelas gerações anteriores. A enxada, a foice, o facão, o cavador constituem os principais instrumentos de trabalho. As famílias que têm condições contratam o trator para arar o solo.

O modo de produção da existência no Quilombo de Furadinho não está atrelado apenas ao trabalho coletivo; outras formas de trabalho coexistem no mesmo espaço, como o trabalho por diária, o trabalho de meeiro, a empreitada, o trabalho assalariado, que leva os moradores a se deslocarem diariamente para Vitória da Conquista para trabalharem no comércio, nas indústrias, nas residências e no serviço público.

Os saberes da experiência do trabalho de mutirão como expressão de resistência podem ser observados nos costumes que vigoram na organização desse trabalho coletivo. Essa prática vigora tanto no trabalho agrícola, como na organização da vida comunitária e prima pela reciprocidade, pela solidariedade e pela ajuda mútua entre os vizinhos, constituindo elementos culturais que fortalecem os vínculos de convivência social.

Em entrevista realizada em 2021, o senhor José explica como acontecia o trabalho de mutirão.

Nóis fazia o mutirão aqui na roça pra limpá, limpava a roça de um, outro dia na roça do outro, outro dia na roça do outro, na troca. Agora, tinha aqueles, um dava comida, outro só dava o lanche das 9 hora, aguentava até meio dia, outro só dava meio dia, aqueles que podia fazia uma comida... agora aqueles que não podia falava que só posso fazer mutirão até meio dia, não posso dá comida, fazia o café, fazia aquele monte de beiju<sup>3</sup> de massa e levava. (JOSÉ, 2021, *entrevista*).

O dever moral de ajuda mútua originado pela solidariedade do mutirão constitui, ainda hoje, uma forma de trabalho colaborativo que persiste nos modos de vida comunitária como componente atuante na preservação dos elementos culturais que fortalecem os vínculos de convivência social.

Esse comunitarismo tem seu melhor e, de certo modo, mais problemático desdobramento nos mutirões, sobretudo os mutirões de roça. Nas regiões de fronteira, os mutirões foram e têm sido grandes momentos de solidariedade temporária. Deram e dão certo quando ao trabalho concreto podem associar a convicção interior de que há no gesto e na participação uma inquantificável doação desinteressada, expressão propriamente da caridade, algo que não comporta retribuição compulsória. (MARTINS, 2000, p. 716).

O trabalho de mutirão visa suprir necessidades individuais e, ao mesmo tempo, coletivas, porque são comuns ao grupo e o produto gerado tem valor de uso, o qual está determinado pelas condições materiais e sociais dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Nosso entrevistado rememora que saía bem cedo para o trabalho na roça e lá permanecia até as 15h. Quando a roça estava distante da casa, só almoçava depois que retornava. Quando a roça estava mais próxima, a mulher enviava um dos filhos com o almoço<sup>4</sup>, nesse caso, o trabalho se estendia até o final do dia.

---

3 O beiju é produzido com a massa da mandioca. Ele pode ser feito de duas formas: com a massa da mandioca fresca ralada e espremida, coloca um pouco de massa com a colher e com o fundo da colher aperta levemente a massa. Já o beiju de tapioca pode ser feito em diversos formatos recheados com coco e açúcar. No rememorar da minha infância, adorava ir para as casas de farinha da minha comunidade ver a feitura do beiju e comê-los quentinhos, assim que saiam do forno, pois ficavam bem crocantes. O campo empírico trouxe várias recordações da minha infância na comunidade em que nasci, Rio Abaixo.

4 Quando ainda criança, por diversas vezes, acompanhei meus tios levarem o almoço dos trabalhadores e das trabalhadoras na roça. Quando eram muitos trabalhadores todos os utensílios domésticos eram utilizados nessa empreitada. Minha avó (Rosa) ia colocando individualmente o prato de cada um (podia ser panela, vasilha de alumínio, prato). Depois, ela amarrava cuidadosamente cada um com um pano de prato para não revirar no trajeto. Quando eram poucos trabalhadores, o trajeto era feito a pé. Nos mutirões usava um carro de boi para levar o almoço e o café. Assim que terminava o almoço era hora de colocar novamente as panelas no fogo para preparar a janta. Quando chegavam da roça por volta das 17h eram servidas a cachaça para os que bebiam e a janta. Eu me recordo que muitos trabalhadores levavam o jantar para casa, porque aquela refeição seria a primeira do dia para os que ficaram na residência. Minha avó

Ele relata que trabalhou por diversas vezes em fazendas da região no serviço de empreitada, no qual ele era responsável por reunir o grupo de trabalhadores. “Eu trabaei um tempo de empreiteiro, tinha uma turma de 10. Quando eu recebia o pagamento distribuía com eles, tinha parente e gente que vinha de longe atraís de emprego” (JOSÉ, 2021, *entrevista*).

O fazendeiro o contratava para realizar uma tarefa específica como limpar toda a roça, capinar, roçar, fazer cerca, entre outros. Quando o serviço era muito grande e a fazenda estava distante, os trabalhadores montavam um acampamento por lá e só retornavam quando o serviço acabava. Quando o serviço se estendia por períodos longos retornavam quinzenalmente para ver a família. O acampamento era montado com os recursos disponíveis no local. Um dos trabalhadores ficava responsável por preparar as refeições dos demais. Ele relata que eram tempos difíceis. Quando todos se reuniam para as refeições, aproveitavam para conversar, contar piadas, faziam resenhas uns dos outros, nesses momentos era bem divertido “agora as cama que era triste. Tinha muita bananeira nas casas né, pegava aquelas paías trançava, fazia aquelas isteira né, de colchão. Não tinha colchão pra levar, pra durmir, era um sofrimento. Eu já sufri (risos)” (JOSÉ, 2021, *entrevista*).

Outra modalidade de trabalho comum em Furadinho era a roça por meias, na qual a produção era dividida em parte iguais entre o fazendeiro e o meeiro. O fazendeiro entrava com a terra e as sementes e o trabalhador com a força de trabalho. Essa modalidade era interessante para o fazendeiro, porque envolvia todo o núcleo familiar do trabalhador meeiro durante o ciclo agrícola e só no final o meeiro recebia sua parte.

Desde a idade de quatro, cinco ano. Oxe, nós levantava era cedo para ir na roça, pai pegava as roças de ameia do povo aí, quando estava chovendo ou no sol quente nós tinha que trabalhar, era capinando, plantando mandioca, essas coisas tudo. Quando produzia nós pegava o balaio, colocava na cabeça, subia as laderona com o balaio de milho, feijão, mandioca na cabeça e assim era a vida nossa. (LUZIMAR, 2022, *entrevista*).

Nessa estrutura, a família do trabalhador meeiro constituía uma reserva de mão de obra e, por estar acompanhado da família, era mais difícil para ele abandonar a fazenda. Verena Stolcke (1994), em *A família que não é sagrada*, assim define o trabalho de meeiro:

É uma forma de trabalho semelhante a um sistema de pagamento por volume de produção cuidadosamente negociado. [...] Remuneração na forma de proporção sobre o produto constitui um incentivo para o trabalhador intensificar seus esforços, desde que seu lucro depende da qualidade produzida. Além disso, meeiros são tipicamente contratados em unidades familiares. O sistema de ameia é um arranjo para todo o ciclo agrícola e apenas em seu final o meeiro receberá sua parte. (STOLCKE, 1994, p. 68).

A família meeira podia produzir sua própria roça de subsistência sem comprometer a produção destinada à divisão da produção entre patrão e meeiro. Quanto mais numerosa a família fosse, mais mão de obra somaria nessa dependência mútua pela sobrevivência.

---

comentava, “os que não jantam aqui, vão levar para os filhos”.

Sr. José também rememora os tempos de juventude e conta que trabalhou em sua própria casa de farinha por mais de trinta anos. Quando ficou com a idade avançada, vendeu os equipamentos, mas as ruínas do local de trabalho permanecem ao lado de sua casa. Ele narra como era difícil vender o produto do trabalho, colocava a carga de farinha no jumento e vinha a pé para Vitória da Conquista. Saía de casa de madrugada, bem cedinho, ainda escuro, quando chegava no local da feira já era no final da tarde. A feira acontecia onde hoje é a praça Trancredo Neves e a Barão do Rio Branco. Naquela época, essas praças não eram divididas e constituíam uma única rua, conhecida como Rua Grande.

O entrevistado Sr. José (2021, *entrevista*) conta que arriava a carga e procurava um cantinho para passar a noite. Nessa época, ficava cheio o local “tudo misturado, era gente, era bicho, dormia ali mesmo no chão, no outro dia vendia a farinha e comprava as coisas para casa que precisavam e aí era outra caminhada de novo, nesse tempo só quem tinha carro a óleo<sup>5</sup> era o povo rico”.

Com base na descrição do Sr. José fomos em busca de registros históricos da cidade sobre a feira e encontramos, no trabalho do pesquisador Aníbal Viana (1982), na *Revista Histórica de Conquista*, uma descrição similar à apresentada pelo Sr. José ao retratar a situação dos feirantes após a derrubada do antigo Barracão, no ano 1912. A feira permaneceu no mesmo local, mas os feirantes estavam totalmente desprotegidos.

Assim, feitas ao ar livre as feiras semanais, sem o menor abrigo, ficando o povo impiedosamente exposto aos incômodos do sol ou das chuvas, não pode continuar por muito tempo, por que isso, além de trazer a todos grandes aborrecimentos, é prejudicialíssimo à saúde pública. Causa lástima, faz vergonha ver o modo por que são realizadas as feiras, aos sábados, entre nós, mormente nos dias invernosos. O local da feira transforma-se então num repugnante e perigoso lamaçal, notando-se asquerosa mistura de detritos vegetais com diversos gêneros alimentícios. (VIANA, 1982, p. 656).

Tanto a descrição do Sr. José, quanto a de Viana (1982) coadunam com a imagem da Feira de Vitória da Conquista, na década de 1930, que encontramos no arquivo digital do Museu Regional.

As pessoas aglomeradas, barracas e animais demonstram a importância da feira para a economia local, sendo considerada um importante centro comercial. No entorno, várias residências e estabelecimentos comerciais.

---

<sup>5</sup> Carro a óleo era qualquer veículo automobilístico, independente do tipo de combustível.



Figura 7 – Feira Livre na Rua Grande, hoje atual Praça Tancredo Neves, na década de 1930

Fonte: Arquivo digital do Museu Regional<sup>6</sup> de Vitória da Conquista.

A feira permaneceu nesse local até 1938, quando foi transferida para a Avenida Municipal, atual Lauro de Freitas, na gestão do prefeito Régis Pacheco. Dali foi transferida para a Praça da Bandeira, após a construção do Mercado Municipal (atual Mercado de Artesanato), na gestão do prefeito Antonino Pedreira de Oliveira (1946-1950). Devido ao rápido crescimento da cidade, o local tornou-se insuficiente para o funcionamento da feira. Na gestão de Fernando Spínola (1967-1971), após algumas desapropriações, a feira foi transferida para o Mercado e somente na gestão de José Pedral Sampaio (1983-1989) foi construída a CEASA<sup>7</sup> – Central de Abastecimento de Alimentos, local onde permanece até hoje (VIANA, 1982).

O Sr. José também rememora que depois foram surgindo os carros de bagana<sup>8</sup>, por volta da década de 1970, e às vezes vendia toda a produção para o dono do carro. Nessa época, começou a surgir na comunidade a figura do comerciante atravessador. Com uma política desigual na estrutura dos preços, comprava o produto (farinha de mandioca) do

6 Ana Claudia Reis Rocha. Coordenadora do Museu Regional - Casa Henriqueta Prates/UESB Pça. Tancredo Neves, 114, Vitória da Conquista - BA, CEP: 45000-525. Fone: (77)3422-2559.

7 A pesquisadora Priscilla Rosa Azevedo (2023) desenvolveu sua dissertação denominada Memórias das mulheres feirantes sobre a percepção das relações de gênero no cotidiano do trabalho na Central de Abastecimento (CEASA) de Vitória da Conquista-Bahia, mas ela não trata da evolução histórica e social da feira. Sua abordagem se centra nas memórias coletivas e nas trajetórias de trabalho das mulheres feirantes no intuito de analisar as expectativas, realizações e frustrações, com base nas questões de gênero e trabalho.

8 Expressão usada para designar carros de frete que passavam pelos povoados levando a produção para as feiras. O entrevistado narra que eram comuns as brigas, devido a superlotação do transporte, além da troca e da mistura de alguns produtos.

pequeno produtor por um valor bem abaixo do mercado e vendia por valores elevados na cidade. Ainda é comum a família comercializar o produto com o atravessador, devido a dificuldades de deslocamento do produto e ao alto preço dos fretes.

A unidade de produção familiar sofre pressões sociais e econômicas com a baixa produtividade, o que propicia a coexistência de outras formas de trabalho dentro e fora da comunidade. A (des)estruturação dos modos de vida vai, aos poucos, denunciando o desmonte das formas de trabalho agrícola e da produção de farinha, pressionadas pelas fortes influências e interpenetrações do capital.

Assim, os saberes da experiência do trabalho apreendidos nas práticas diárias, no contato com outros, no lidar com a natureza e com os produtos vão esmaecendo e com isso as trocas intergeracionais propiciadas pelos saberes da experiência ficam comprometidas. Essa dinâmica permite a coexistência de outras práticas de trabalho, as quais requerem outros saberes, embora igualmente atravessados por formas diversas de exploração da mão de obra do trabalhador. A proximidade da cidade desperta o interesse dos jovens em busca de melhores oportunidades de trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências vivenciadas pelos moradores de Furadinho não podem ser ignoradas. As tradições repousam sobre o vivido e o experimentado. Nesse sentido, Halbwachs (2004) assegura que recordar significa reconstruir o passado com base nos marcos sociais do presente. A memória coletiva não pode ser analisada se não levarmos em consideração os elementos presentes nos contextos sociais. Nesse sentido, o conglomerado que compõe a memória de cada indivíduo provém da articulação das memórias de diferentes grupos aos quais pertencem.

A memória pode ser compreendida como um processo de interação das memórias pessoais e sociais, sempre recompostas de novas interações e interpretações. Como seres sociais nunca estamos prontos, a vivência em comunidade nos permite sempre novos caminhos. De forma idêntica ocorre com a memória que vai se reconstruindo ao longo do tempo.

A categoria trabalho foi apresentada como essencial para a vida do ser humano, pois é por meio dela que as pessoas transformam a natureza e criam os meios necessários para a sobrevivência. O aprendizado do trabalho se dá nas práticas diárias, no contato com outros indivíduos que passam suas experiências no lidar com a natureza e com os produtos. Assim, as formas de se relacionar com o trabalho e o tempo se modificam de cultura para cultura e também no interior da própria cultura.

Outro aspecto relevante nesta pesquisa refere-se às dificuldades impostas pelo sistema do capital que corroboram para a exploração da mão de obra. A precarização do trabalho no campo em quaisquer de suas modalidades, diárias, meeiros, mutirão,

contrato temporário, sazonal nas quais muitos trabalhadores da comunidade estão condicionados foi outro aspecto abordado. O trabalho informal retira do patrão qualquer tipo de responsabilidade sobre o trabalhador, o que reacende a vulnerabilidade do grupo.

Assim, a força de trabalho se materializa e passa a ser apenas uma peça na engrenagem capitalista, em que a mais valia se sobrepõe a qualquer tipo de relação trabalhista. Esse processo se consolida nas relações contratuais temporárias nas fazendas próximas, ou nos deslocamentos para outros estados.

O trabalho agrícola, principalmente o plantio da mandioca e a produção de farinha constituem as principais fontes de produção do quilombo. A comunidade possui atualmente cinco casas de farinha, quatro com produções específicas, ou no período de colheita e uma casa de farinha com produção diária. Em épocas anteriores o número de casas de farinha era bem maior. Contudo, manter uma casa de farinha com produção diária constitui uma forma de afirmação da tradição e serve de incentivo para que outros moradores possam continuar plantando mandioca. Embora o plantio continue delimitado ao calendário das chuvas, faltando água no período de longas estiagens inclusive para as necessidades mais básicas.

Nessas fazendas a mão de obra foi substituída por máquinas, reduzindo custos com mão de obra e encargos trabalhistas, o que provocou um despovoamento do campo.

Mesmo com todas as barganhas capitalistas que tentam atrair os jovens para sair do quilombo e ingressar no mercado de trabalho urbano, trabalhar em Vitória da Conquista e ainda assim morar na comunidade pode ser configurado como uma forma de resistência. Várias circunstâncias foram elencadas para a pequena produção em Furadinho: lotes pequenos que limitam o plantio; o desmonte do trabalho familiar, ou o trabalho familiar enfraquecido; a falta de investimentos para a produção de pequenos produtores.

A unidade de produção familiar sofre pressões sociais e econômicas com a baixa produtividade, o que propicia a coexistência de outras formas de trabalho em outros espaços fora da comunidade. A (des)estruturação dos modos de vida vai, aos poucos, denunciando o desmonte nas formas de trabalho agrícola e da produção de farinha, pressionados pelas fortes influências e interpenetrações do capital. Assim, os saberes da experiência do trabalho apreendidos nas práticas diárias, no contato com outros, no lidar com a natureza e com os produtos vão, aos poucos, esmaecendo e com isso as trocas intergeracionais propiciadas pelos saberes da experiência ficam comprometidas.

A participação dos entrevistados nos resultados se dá na tentativa de mostrar a situação atual de produção do quilombo, o que poderá contribuir para novas perspectivas que melhorem as condições de produção e assegurem aos jovens o direito de permanecer no local e de tirar o próprio sustento do trabalho na terra.



## REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 6 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

AZEVEDO, Priscilla Rosa. **Memórias das mulheres feirantes sobre a percepção das relações de gênero no cotidiano do trabalho na Central de Abastecimento (CEASA) de Vitória da Conquista-Ba**. Orientador: João Diógenes Ferreira dos Santos. 2023, 132f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2023.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento; Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. **Diagnóstico do Quilombo Furadinho - DQF**. Projeto de inclusão das comunidades remanescentes de quilombos. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, 2013.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento; Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. **Planejamento Participativo Rural Sustentável da Comunidade Quilombola de Furadinho - PPC**. Projeto de inclusão das comunidades remanescentes de quilombos. Salvador, 2011.

**BAENINGER, Rosana**. Migrações internas no Brasil. **Revista Coletiva**. Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), Recife, n. 13, jan./abr., 2014. Disponível em: <http://coletiva.labjor.unicamp.br/index.php/artigo/migracoes-internas-no-brasil/> Acesso em: 09 fev. 2023.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O que é vida cotidiana? In.: NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Orgs). **Cotidiano Conhecimento e Crítica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CIAVATTA, Maria. Trabalho-Educação – Uma unidade epistemológica, histórica e educacional. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 17, n. 32, jan./abr., 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/28306>. Acesso em: 06 maio 2024.

CONCEIÇÃO, Silvano da. **Estratégias de permanência e desenvolvimento social na Comunidade Rural Quilombola de Velame, Bahia**. Orientador: Valter Roberto Silvério. 2016. 229f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, Faculdade de Sociologia, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8418>. Acesso em: 03 fev. 2022.

ENGUITA, Mariano Fernández. **Trabalho, escola e ideologia**: Marx e a crítica da educação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

FERRAZ, Ana Emília de Quadros; ROCHA, Altemar Amaral; AGUIAR, Iara Silva. As vilas do município e Vitória da Conquista: uma análise das redes. In.: Congresso Brasileiro de Geógrafos – CBG, 7., 2014, Vitória. **Anais [...]** Vitória, 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/9909356-As-vilas-do-municipio-de-vitoria-da-conquista-uma-analise-das-redes.html>. Acesso em: 13 dez. 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro editora, 2006.

HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. São Paulo: Global, 1983.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/panorama>. Acesso em: 31 ago. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil Quilombola**: quantos somos, onde estamos? Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/2\\_e215f8a8b5904299cca0a9f02b734de.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/2_e215f8a8b5904299cca0a9f02b734de.pdf). Acesso em: 12 jul. 2024.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MARTINS, José de Souza. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, p. 45-61, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lília (Org.). **História da vida privada no Brasil: contraste da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Disponível em: <https://csociais.files.wordpress.com/2015/03/martins-josc3a9-de-souza-a-vida-privada-nas-c3a1reas-de-expans3a3o-da-sociedade-brasileira.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2022.

MARX, Karl. Mercadoria (capítulo 1). 1. Os dois fatores da mercadoria: 2. Duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias: 3. A forma do Valor (ou o valor-de-troca): 4. O Fetichismo da mercadoria e o seu segredo. In: MARX, Karl. **O Capital**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (v. 1).

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política: O processo de produção do capital. Livro I. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 07-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 09 abr. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso J. et al. (Org.) **Novas Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996a.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, v. 12, n. 34. Jan./abr., 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 maio 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

STOLCKE, Verena. A família que não é sagrada. In: ARANTES, Antonio Augusto et al. (Orgs.). **Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. 3. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1994.

VENDRAMINI, Célia Regina. A contribuição de E. P. Thompson para a apreensão dos saberes produzidos do/no trabalho. **Educação Unisinos**, Rio Grande do Sul, v. 10, n. 2, maio/ago., p. 123-129, 2006.

VENDRAMINI, Célia Regina. O trabalho e a escola para jovens migrantes. In: Reunião Científica do Fórum Sul de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação (Anped Sul), 11., 2016, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: UFPR, 2016.

VENDRAMINI, Célia Regina. A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. **Revista Katál**. Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 239-260, maio/ago., 2018. Disponível em: <https://cressrn.org.br/files/arquivos/2cox89VF5535JO64104g.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

VIANA, Aníbal Lopes. Revista Histórica de Conquista. **O Jornal de Conquista**, Vitória da Conquista, v. 2, 1982.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: BRANDENGURG, Alfio; DUARTE, Angela. **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, p. 29-49, 1998.